

Transmissora
Matogrossense de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.
Cuibá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de abril de 2019.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		37.095	24.741
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.186	6.831
Títulos e valores mobiliários	7.2	7.564	7.457
Concessionárias e permissionárias	4	5.541	5.550
Tributos compensáveis		1.154	1.319
Adiantamento a fornecedores		295	877
Estoques		2.694	2.225
Outros ativos		661	482
		248.355	256.321
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Concessionárias e permissionárias	4	525	427
Depósitos judiciais		44	-
Imobilizado	5.1	244.403	252.466
Intangível	5.2	3.383	3.428
		285.450	281.062
TOTAL DO ATIVO			
<u>285.450</u>			
<u>281.062</u>			
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		57.012	55.948
Empréstimos e financiamentos	7.1	13.223	13.273
Fornecedores		118	428
Obrigações sociais e trabalhistas		917	605
Tributos e contribuições sociais a recolher		2.338	1.532
Partes relacionadas - Dividendos declarados	8.2	37.636	36.529
Encargos setoriais		2.262	1.877
Provisão para litígios	9	228	-
Outros passivos circulantes		290	1.704
		99.053	110.258
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	7.1	97.547	109.784
Outras obrigações		1.506	474
		129.385	114.856
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	10.1	109.194	109.194
Reserva de Lucros	10.2	20.191	5.662
		285.450	281.062
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
<u>285.450</u>			
<u>281.062</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	11	56.338	53.740
Tributos			
PIS-PASEP		(919)	(844)
Cofins		(4.234)	(3.886)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(195)	(468)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.454)	(1.401)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		(195)	-
Ministério de minas e energia - MME		(98)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(224)	(216)
Outros Encargos			
		48.729	46.925
Receita Líquida / Ingresso Líquido			
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(3.708)	(4.821)
Material		(1.746)	(287)
Serviços de Terceiros		(156)	(1.231)
Arrendamento e Aluguéis		(414)	(360)
Doações, contribuições e subvenções		-	(39)
Seguros		(199)	(173)
Provisões		(48)	(38)
Tributos		(201)	(239)
Depreciação e Amortização		(8.515)	(8.186)
Outras Despesas Operacionais		(29)	(8)
		33.713	31.543
Resultado da Atividade			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(11.219)	(12.429)
Receitas Financeiras		1.363	1.624
		23.857	20.738
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro			
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(2.221)	(1.778)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		21.636	18.960
		21.636	18.960
Resultado do Exercício			
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		21.636	18.960
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,209755	0,183812
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,209755	0,183812
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,209755	0,183812
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,209755	0,183812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado do Exercício	21.636	18.960
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	21.636	18.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	97.794	11.447	-	109.241
Aumento de Capital Social	11.400	-	-	11.400
Incentivos Fiscais	-	4.953	(4.953)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(1.144)	-	(1.144)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	18.960	18.960
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.602	(1.602)	-
Dividendos	-	-	(23.601)	(23.601)
Reserva de lucros	-	(11.196)	11.196	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	109.194	5.662	-	114.856
Incentivos Fiscais	-	6.163	(6.163)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	21.636	21.636
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.820	(1.820)	-
Dividendos	-	-	(7.107)	(7.107)
Reserva de lucros	-	6.546	(6.546)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	109.194	20.191	-	129.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	23.857	20.738
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	8.515	8.186
Juros e Variações Monetárias	10.795	12.034
Outros	(674)	(949)
	<u>42.493</u>	<u>40.009</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e permissionárias	(89)	(647)
Tributos Compensáveis	165	(577)
Outros	(41)	(168)
	<u>35</u>	<u>(1.392)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	298	524
Fornecedores	(81)	(9.881)
Obrigações sociais e trabalhistas	312	139
Tributos e Contribuição Social	348	65
Outros	(166)	(1.710)
	<u>711</u>	<u>(10.863)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.790)	(1.795)
	<u>41.449</u>	<u>25.959</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	338	1.612
Imobilizado	(449)	(12.485)
Intangível	-	(53)
	<u>(111)</u>	<u>(10.926)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(12.592)	(12.539)
Encargos de Dívidas Pagos	(10.391)	(11.286)
Dividendos Pagos	(6.000)	(4.000)
Integralização de Capital	-	11.400
	<u>(28.983)</u>	<u>(16.425)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.355	(1.392)
DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	6.831	8.223
No fim do exercício	<u>19.186</u>	<u>6.831</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (a “Companhia” ou “TME”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2019.

Base de mensuração: As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa n° 15, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	<u>Classificação CPC 38</u>	<u>Classificação CPC 48</u>
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações contábeis regulatórias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas, em função das obras do RBNI que foram concluídas em fevereiro de 2017.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- **Diferidos**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão. A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Taxas regulamentares:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4. Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.638	-	40	-	9	379	6.066	5.977
TOTAL	5.638	-	40	-	9	379	6.066	5.977

Os clientes vencidos há mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que a Administração deva constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Imobilizado e Intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	296.047	-	-	359	296.406	359	(52.606)	243.800	251.897
Terrenos	65	-	-	-	65	-	-	65	65
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	6.481	-	-	-	6.481	-	(1.480)	5.002	5.233
Máquinas e Equipamentos	289.450	-	-	359	289.809	359	(51.119)	238.689	246.552
Móveis e Utensílios	51	-	-	-	51	-	(7)	44	47
Administração	485	83	(25)	-	543	59	(325)	218	193
Máquinas e Equipamentos	245	-	-	-	245	-	(145)	100	106
Veículos	131	83	(25)	-	190	59	(134)	57	19
Móveis e Utensílios	108	-	-	-	108	-	(47)	61	68
Subtotal	296.533	83	(25)	359	296.949	417	(52.931)	244.018	252.089

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	313	7	-	-	320	7	-	320	313
Máquinas e Equipamentos	290	-	-	-	290	-	-	290	290
Outros	23	7	-	-	30	7	-	30	23
Administração	64	-	-	-	64	-	-	64	64
Outros	64	-	-	-	64	-	-	64	64
Subtotal	377	7	-	-	385	7	-	384	377
Total do Ativo Imobilizado	296.910	90	(25)	359	297.334	424	(52.931)	244.403	252.466

5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	3.421	-	(42)	-	3.379	(42)	-	3.379	3.379
Serviços	3.379	-	-	-	3.379	-	-	3.379	3.379
Softwares	42	-	(42)	-	0	(42)	-	0	-
Administração	24	-	-	-	24	-	(20)	4	4
Softwares	20	-	-	-	20	-	(20)	-	-
Outros	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Subtotal	3.445	-	(42)	-	3.403	(42)	(20)	3.383	3.383
Transmissão	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Serviços	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Subtotal	3.490	-	(42)	-	3.403	-	-	3.383	3.428
Total do Ativo Intangível	3.490	-	(42)	-	3.403	(42)	(20)	3.383	3.428

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		252.565	(8.452)	244.114	251.896
Custo Histórico	3,35%	252.565	(8.452)	244.114	251.896
Administração		251	(34)	217	193
Custo Histórico	13,57%	251	(34)	217	193
		252.816	(8.485)	244.330	252.089
Em Curso					
Transmissão		71	-	71	313
Administração		2	-	2	64
		73	-	73	377
		252.889	(8.485)	244.403	252.466

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Veículos	83	-	83
Outros	-	7	7
Total das Adições	83	7	90

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	2.413	1.894
Certificados de depósitos bancários	16.773	4.937
	<u>19.186</u>	<u>6.831</u>

Os certificados de depósitos bancários, possuem liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante de caixa com baixo risco de mudança de valor e foram remunerados, em média, a 95,80% do CDI em 31 de dezembro de 2018, comparado a 93,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Empréstimos e Financiamentos

7.1. Abertura do Endividamento

a. O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	659	12.564	97.547	110.770											
2.1	BANCO DO BRASIL-FCO	488	6.154	56.410	63.052	Sim	lev-11	Recebíveis	Não há	10,00%	02/01/18	Mensal	02/01/18	01/02/29	Mensal	SAC
2.2	BNDES	171	6.410	41.137	47.718	Sim	ma-12	Recebíveis	TJLP	3,60%	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/06/26	Mensal	SAC
8	Total por Dívida	659	12.564	97.547	110.770											
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	659	12.564	97.547	110.770											

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a., e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros (quantitativos) obtidos utilizando o EBITDA que devem ser calculados anualmente e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas), os quais a Administração da Companhia mantêm o acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2018 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, assim como as obrigações específicas (qualitativas) estavam atendidas.

b. Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, têm os seguintes vencimentos:

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	34.962	97.547
6.154	6.154	6.154	6.154	6.154	25.640	56.410
6.363	6.363	6.363	6.363	6.363	9.322	41.137
12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	34.962	97.547
12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	34.962	97.547

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2 Abertura dos Ativos Financeiros

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	31/12/2018		31/12/2017	
		Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	26.750	26.750	14.288	14.288
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	26.750	26.750	14.288	14.288
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	19.186	19.186	6.831	6.831
9.1.5	Banco do Brasil - BNDES - O&M	4.316	4.316	4.207	4.207
9.1.6	Banco do Brasil - FCO	3.248	3.248	3.250	3.250

O Saldo Final de Caixa – conta 111, se refere a certificados de depósitos bancários, possuem liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante de caixa com baixo risco de mudança de valor e foram remunerados, em média, a 95,80% do CDI em 31 de dezembro de 2018, comparado a 93,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 7.564 (R\$ 7.457 em 31 de dezembro de 2017), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 95,50% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 96,00% em 31 de dezembro de 2017.

7.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	(+) Dívida Bruta	659	12.564	97.547	110.770	123.057
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	659	12.564	97.547	110.770	123.057
12	(-) Ativos Financeiros	-	(26.750)	-	(26.750)	(14.288)
12.1	Alta Liquidez	-	(19.186)	-	(19.186)	(6.831)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(7.564)	-	(7.564)	(7.457)
13	(+) Dívida Líquida I	659	(14.186)	97.547	84.020	108.769
14	(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
15	(+) Dívida Líquida II	659	(14.186)	97.547	84.020	108.769

8. Partes Relacionadas

8.1. Remuneração da alta administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi de R\$ 1.099 e R\$ 862, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8.2. Dividendos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, totalizando R\$ 37.636.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2017	-	-
Pagamentos	-	-
Saldos em 31/12/2018	228	228
Circulante	228	228
Não Circulante	-	-

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217.

10. Patrimônio Líquido

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 109.194 composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é, respectivamente, a seguinte:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	50.505.051	46,00	50.505.051	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	53.798.859	49,00	53.798.859	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	5.489.680	5,00	5.489.680	5,00
	<u>109.793.590</u>	<u>100,00</u>	<u>109.793.590</u>	<u>100,00</u>

10.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.789	7.969
Reserva especial para incentivos fiscais	16.493	10.330
Outras	(6.091)	(12.637)
	<u>20.191</u>	<u>5.662</u>

11. Receita Operacional Bruta

<u>Receita Bruta</u>	<u>R\$ Mil</u> <u>31/12/2018</u>	<u>R\$ Mil</u> <u>31/12/2017</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	56.338	53.740
Total	<u>56.338</u>	<u>53.740</u>

12. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	<u>2.561</u>	<u>3.948</u>
Remuneração	1.178	2.276
Encargos	515	786
Previdência privada	20	16
Assistência médica e odontológica	250	269
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	348	386
Outros	250	215
Administradores	<u>1.147</u>	<u>873</u>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	617	573
Benefícios dos administradores	530	300
Total	<u>3.708</u>	<u>4.821</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.857	20.738
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	8.111	7.051
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais - SUDAM	(4.136)	(4.952)
Outros	(1.754)	(321)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>2.221</u></u>	<u><u>1.778</u></u>
Taxa efetiva	9,31%	8,57%

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.186	-	19.186	6.831	-	6.831
Títulos e valores mobiliários	7.564	-	7.564	7.457	-	7.457
Concessionárias e Permissionárias	5.541	-	5.541	5.550	(5.550)	-
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	61.196	61.196
Contas a Receber Ativo contratual	-	51.681	51.681	-	-	-
Tributos Compensáveis	1.154	-	1.154	1.319	-	1.319
Estoques	2.694	-	2.694	2.225	-	2.225
Adiantamento a fornecedores	295	-	295	877	-	877
Outros Ativos Circulantes	661	-	661	482	-	482
			-			
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	525	-	525	427	(427)	-
Depósitos Judiciais e Cauções	44	-	44	-	336.881	336.881
Contas a Receber Ativo contratual	-	514.528	514.528	-	-	-
Imobilizado	244.403	(244.403)	-	252.466	(252.424)	42
Intangível	3.383	(3.383)	-	3.428	(3.428)	-
Total do Ativo	285.450	318.423	603.873	281.062	136.248	417.310

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	118	-	118	428	-	428
Empréstimos, Financiamentos	13.223	-	13.223	13.273	-	13.273
Obrigações Sociais e Trabalhistas	917	-	917	605	-	605
Tributos e contribuições sociais a recolher	2.338	11	2.349	1.532	11	1.543
Provisão para Litígios	228	-	228	-	-	-
Dividendos Declarados	37.636	-	37.636	36.529	-	36.529
Encargos Setoriais	-	-	-	1.877	-	1.877
Passivos Financeiros Setoriais	2.262	-	2.262	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	290	-	290	1.704	-	1.704
				-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Empréstimos, Financiamentos	97.547	-	97.547	109.784	-	109.784
Tributos Diferidos	-	138.495	138.495	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	36.829	36.829
Outros Passivos Não Circulantes	1.506	-	1.506	474	-	474
				-	-	-
Total do Passivo	156.065	138.506	294.571	166.206	36.840	203.046
Patrimônio Líquido						
Capital Social	109.194	-	109.194	109.194	-	109.194
Lucros Acumulados	20.191	179.917	200.108	5.662	99.408	105.070
Total do Patrimônio Líquido	129.385	179.917	309.302	114.856	99.408	214.264
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	285.450	318.423	603.873	281.062	136.248	417.310

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	56.048	15.394	71.442	53.740	23.639	77.379
Tributos						
PIS	(919)	(254)	(1.173)	(844)	-	(844)
Cofins	(4.234)	(1.170)	(5.404)	(3.886)	-	(3.886)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(195)	-	(195)	(188)	-	(188)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.454)	(400)	(1.854)	(1.401)	-	(1.401)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(195)	-	(195)	(186)	-	(186)
Ministério de minas e energia - MME	(98)	-	(98)	(94)	-	(94)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(224)	-	(224)	(216)	-	(216)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	48.729	13.570	62.299	46.925	23.639	70.564
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	48.729	13.570	62.299	46.925	23.639	70.564
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.708)	-	(3.708)	(4.821)	-	(4.821)
Material	(1.746)	-	(1.746)	(287)	-	(287)
Serviços de Terceiros	(156)	-	(156)	(1.231)	-	(1.231)
Arrendamento e Aluguéis	(414)	-	(414)	(360)	-	(360)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(39)	-	(39)
Seguros	(199)	-	(199)	(173)	-	(173)
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-
Provisões	(48)	-	(48)	(38)	-	(38)
Tributos	(201)	-	(201)	(239)	-	(239)
Depreciação	(8.515)	8.075	(440)	(8.184)	8.184	-
Amortização	-	-	-	(2)	2	-
Outras Receitas Operacionais	-	(8)	(8)	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(29)	-	(29)	(8)	-	(8)
Custo de construção	-	-	-	-	(12.538)	(12.538)
Resultado da Atividade	33.713	21.637	55.350	31.543	19.287	50.830
Despesas Financeiras	(11.219)	-	(11.219)	(12.429)	-	(12.429)
Receitas Financeiras	1.363	-	1.363	1.624	-	1.624
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	23.857	21.637	45.494	20.738	19.287	40.025
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(2.221)	(6.800)	(9.021)	(1.778)	(6.215)	(7.993)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	21.636	(21.636)	-	18.960	13.072	32.032
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	21.636	14.837	36.473	18.960	13.072	32.032
Resultante de Operações Descontinuadas						
Resultado Líquido do Exercício				36.473		
Acionistas Controladores	21.636	(21.636)	36.473	18.960	13.072	32.032
	21.636		36.473			
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,20975€	2.3.1.0020	-	0,18381€	2.3.1.0020	0,32754€
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,20975€		0,32754€	0,18381€		0,32754€
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,20975€		0,32754€	0,18381€		0,32754€
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,20975€		0,32754€	0,18381€		0,32754€

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	309.302	214.264
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão		(136.248)
Ativo Contratual da concessão (CPC 47)	(318.423)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	138.506	36.840
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>129.385</u></u>	<u><u>114.856</u></u>

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	36.473	32.032
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão	-	(19.287)
Ativo Contratual da concessão (CPC 47)	(21.637)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.800	6.215
Lucro líquido regulatório	<u><u>21.636</u></u>	<u><u>18.960</u></u>

16. Instrumentos financeiros e gestão de risco

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo contratual e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo contratual (parte recuperada pela RAP), depósito judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos como custo amortizado e contas a receber ativo contratual (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como valor justo por meio do resultado.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas;

- (ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

16.4 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários são remunerados pelo CDI, e Empréstimos e Financiamentos, atualizados pela TJLP) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.5.1 Risco de crédito

Contas a receber

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 888 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que à Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

16.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

16.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.5.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJLP.

16.5.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

16.6 Risco operacional

16.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$ 1109 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 871 em 31 de dezembro de 2017.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.